

Sul América Companhia de Seguro Saúde
CNPJ 01.685.053/0001-56



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Companhia de Seguro Saúde (“Companhia”), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa (RN) ANS nº 435, emitida em 23/11/2018. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. **1. Conjuntura econômica:** Ao final de 2019, a economia brasileira apresentava sinais de retomada de crescimento. Ao longo do ano, diversos impactos – evento Brumadinho, crise na Argentina, desaceleração global – prejudicaram um processo mais firme de recuperação. Fatores pontuais impulsionaram o crescimento no segundo semestre, com destaque para a liberação dos saques do FGTS/PIS, que, ao lado de uma melhoria das condições financeiras, favoreceram a expansão do crédito e incrementaram o consumo das famílias. Os investimentos também ganharam força no período, beneficiados pela elevação da confiança dos empresários, que se seguiu à aprovação da reforma da Previdência e ao anúncio de uma agenda de medidas com reformas focadas no endereçamento do quadro fiscal brasileiro. Com essa recuperação relativa, a economia, que iniciou 2019 em ritmo lento, deve encerrar o ano com uma expansão do PIB entre 1,0% e 1,2%. O ano de 2019 deixou também heranças positivas que devem contribuir para um ambiente mais favorável à sustentação do crescimento. A expectativa é que a inflação em 2020, medida pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), seja menor do que a de 2019, que foi afetada por diversos choques de preços no final do ano, cujos efeitos devem arrefecer ao longo de 2020. A taxa básica de juros da economia (SELIC) recuou de 6,5% no início do período para 4,5% em dezembro/2019, refletindo o quadro de inflação mais confortável e o crescimento econômico moderado. Houve uma mudança importante no padrão de crescimento da economia brasileira em 2019. De uma expansão comandada por gastos públicos e crédito oficial, conforme visto em retomadas anteriores, passou-se para um crescimento dirigido pelos investimentos privados e pelo consumo das famílias. Esse comportamento, mais saudável e sustentável se comparado a ciclos anteriores, elevou as expectativas para o crescimento do PIB em 2020, denotando um ambiente mais positivo para o ano.

2. Principais informações financeiras:

Resultado (R\$ milhões)	2019	2018	Δ
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	17.168,8	15.466,1	11,0%
Sinistros retidos	(13.712,4)	(12.394,8)	(10,6%)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	3.456,4	3.071,3	12,5%
Resultado bruto	3.089,9	2.654,6	16,4%
Resultado financeiro líquido	362,4	326,6	11,0%
Resultado patrimonial	219,1	206,9	5,9%
Resultado antes dos impostos e participações	1.707,8	1.390,6	22,8%
Resultado líquido	1.296,7	969,7	33,7%

3. Comentário sobre o desempenho: Os prêmios ganhos pela Companhia alcançaram R\$17.168,8 milhões em 2019, crescimento de 11,0% na comparação com 2018. Os sinistros retidos aumentaram 10,6% em relação ao ano anterior, totalizando R\$13.712,4 milhões. O resultado bruto aumentou 16,4% em 2019, principalmente devido ao maior volume de prêmios no ano. O resultado financeiro líquido apresentou aumento de 11,0%, somando R\$362,4 milhões em 2019 ante R\$326,6 milhões no ano anterior. O resultado patrimonial no período totalizou R\$219,1 milhões, aumento de 5,9% em relação a 2018. O resultado líquido cresceu 33,7% em 2019, alcançando R\$1.296,7 milhões em comparação com R\$969,7 milhões em 2018.

4. Distribuição do resultado:

Descrição (R\$ milhões)	2019	2018
Lucro antes dos impostos e participações	1.707,8	1.390,6
(-) Impostos e contribuições	(368,1)	(377,8)
(-) Participações	(43,1)	(43,1)
Lucro líquido do exercício	1.296,7	969,7
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(64,8)	(48,5)
Lucro líquido ajustado	1.231,8	921,2
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado (a)	308,0	230,3
(-) Dividendos antecipados a serem imputados nos dividendos mínimos obrigatórios (b)	225,0	-
(-) Juros sobre capital próprio líquido a serem imputados nos dividendos mínimos obrigatórios (c)	83,0	230,3
(-) Juros sobre capital próprio não imputados nos dividendos obrigatórios	201,8	33,2
Bruto	335,0	310,0
Imposto de renda	(50,3)	(46,5)
Saldo dos dividendos obrigatórios (d) = (a) – (b) – (c)	-	-
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	671,8	611,2

5. Investimentos: Em 31/12/2019, a Companhia mantinha investimentos diretos nas seguintes sociedades: Sul América Santa Cruz Participações S.A. no montante de R\$1.422,6 milhões, Sul América Serviços de Saúde S.A. no montante de R\$390,5 milhões, Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. no montante de R\$380,6 milhões, Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. no montante de R\$165,3 milhões, Sul América Odontológico S.A. no montante de R\$246,2 milhões e Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. no montante de R\$2,8 milhões. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento”:** A Companhia não possui ativos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”. **7. Acordo de Acionistas:** A Companhia não é parte em acordos de acionistas. Rio de Janeiro, 26 de março de 2020. **A ADMINISTRAÇÃO.**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Ativo			
Circulante	6.236.260	5.839.355	
Disponível	–	2.470	20.183
Realizável	–	6.233.790	5.819.172
Aplicações financeiras	5	5.451.113	5.077.393
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	–	3.691.657	2.776.980
Aplicações livres	–	1.759.456	2.300.413
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	–	361.947	347.079
Prêmio a receber	6.1	338.046	330.007
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	–	23.901	17.072
Despesas diferidas	7	293.805	240.037
Créditos tributários e previdenciários	8	6.723	33.731
Bens e títulos a receber	9	117.319	119.840
Despesas antecipadas	–	2.883	1.092
Não circulante	–	5.606.394	4.862.623
Realizável a longo prazo	–	2.796.799	2.498.150
Créditos tributários e previdenciários	8	133.819	120.846
Títulos e créditos a receber	–	58.635	–
Despesas de comercialização diferidas	7	669.834	558.887
Ativo fiscal diferido	8	451.606	357.605
Depósitos judiciais e fiscais	15.1	1.481.290	1.459.019
Outros créditos a receber a longo prazo	–	1.615	1.793
Investimentos	–	2.607.860	2.208.867
Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	–	2.607.860	2.208.867
Participações societárias - Operadoras de planos de assistência à saúde	10	636.625	439.133
Participações em outras sociedades	10	1.971.235	1.769.734
Imobilizado	–	59.196	41.569
Imobilizado de uso próprio	–	30.543	22.983
Imobilizado - Não hospitalares/odontológicos	–	30.543	22.983
Outras imobilizações	–	28.653	18.586
Intangível	11	142.539	114.037
Total do ativo	11.842.654	10.701.978	

	Notas	2019	2018
Passivo			
Circulante	3.931.967	3.562.446	
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	3.248.889	2.968.110
Provisões de prêmios	–	441.602	403.496
Provisão de prêmios não ganhos	–	414.943	378.072
Provisão para remissão	–	26.659	25.424
Provisão de sinistros a liquidar para SUS	–	17.534	21.002
Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	–	2.021.116	1.643.734
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	–	768.637	899.878
Débitos de operações de assistência à saúde	–	96.390	66.086
Prêmios a Restituir	–	834	366
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios	–	20.436	17.331
Comercialização sobre operações	–	36.967	21.989
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	–	38.153	26.400
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	–	43.947	56.809
Provisões	–	178.208	116.274
Provisões para IR e CSLL	–	113.550	61.007
Provisões para ações judiciais	15.2	64.658	55.267
Tributos e encargos sociais a recolher	–	124.998	103.367
Empréstimos e financiamentos a pagar	17	743	3.545
Débitos diversos	18	238.792	248.255
Não circulante	–	1.339.408	1.368.338
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	65.211	63.119
Provisão para remissão	–	26.480	27.899
Provisão de sinistros a liquidar para o SUS	–	3.404	3.206
Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	–	35.327	32.014
Provisões	–	337.541	321.660
Provisões para ações judiciais	15.2	337.541	321.660
Tributos e encargos sociais a recolher	–	935.269	981.686
Tributos e contribuições	15.2	935.269	973.017
Parcelamento de tributos e contribuições	16	–	8.669
Empréstimos e financiamentos a pagar	17	–	633
Débitos diversos	18	1.387	1.240
Patrimônio líquido	19	6.571.279	5.771.194
Capital social	–	3.217.208	3.049.208
Reservas	–	3.703.474	3.066.807
Reservas de capital	–	(39.913)	(39.913)
Reservas de lucros	–	3.743.387	3.106.720
Ajustes de avaliação patrimonial	–	11.650	16.232
Ações em tesouraria	–	(361.053)	(361.053)
Total do passivo	11.842.654	10.701.978	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2019	2018
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	–	17.168.802	15.466.131
Receitas com operações de assistência à saúde	–	17.337.901	15.608.749
Prêmios retidos	20.1	17.334.657	15.609.663
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	–	3.244	(914)
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	–	(169.099)	(142.618)
Sinistros retidos	–	(13.712.403)	(12.394.792)
Sinistros conhecidos ou avisados	20.2	(13.843.644)	(12.214.629)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	–	131.241	(180.163)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	–	3.456.399	3.071.339
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	–	11.702	–
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	–	1.893	97
Outras receitas operacionais	–	1.893	97
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	20.3	(372.084)	(382.726)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	–	(319.498)	(274.919)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	–	(943)	(759)
Provisão para perdas sobre créditos	–	(51.643)	(107.048)
Outras despesas oper. de assist. à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	20.3	(8.004)	(34.072)
Resultado bruto	–	3.089.906	2.654.638
Despesas de comercialização	20.4	(1.097.173)	(984.797)
Despesas administrativas	20.5	(865.835)	(812.457)
Resultado financeiro líquido	20.6	362.401	326.574
Receitas financeiras	–	605.463	561.191
Despesas financeiras	–	(243.062)	(234.617)
Resultado patrimonial	10	219.099	206.875
Receitas patrimoniais	–	255.703	233.715
Despesas patrimoniais	–	(36.604)	(26.840)
Resultado com resseguro	–	(573)	(231)
Receitas com Resseguro	–	3.686	–
Despesas com Resseguro	–	(4.259)	(231)
Resultado antes dos impostos e participações	–	1.707.825	1.390.602
Imposto de renda	20.7	(287.328)	(240.526)
Contribuição social	20.7	(174.468)	(196.065)
Impostos diferidos	20.7	93.707	58.826
Participações sobre o resultado	–	(43.069)	(43.139)
Resultado líquido	1.296.667	969.698	
Quantidade de ações em circulação	87.496.863	87.496.863	
Resultado líquido por lote de mil ações	14,82	11,08	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Descrição	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2018	2.785.708	(39.913)	42.545	2.404.477	2.447.022	8.099	(361.053)	-	4.839.863
Aumento de Capital com JCP, conforme ata do dia 21/05/2018	80.750	–	–	–	–	–	–	–	80.750
Aumento de Capital com JCP, conforme ata do dia 25/09/2018	102.000	–	–	–	–	–	–	–	102.000
Aumento de Capital com JCP, conforme ata do dia 18/12/2018	80.750	–	–	–	–	–	–	–	80.750
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	8.133	–	–	8.133
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	969.698	969.698
Proposta da destinação do resultado:									
Reserva legal	–	–	48.485	–	48.485	–	–	(48.485)	–
Reserva estatutária	–	–	–	611.213	611.213	–	–	(611.213)	–
Juros sobre o Capital Próprio - R\$1,11 (em reais) por ação ON e R\$1,23 (em reais) por ação PN, conforme RCA aprovados em 30/04/2018	–	–	–	–	–	–	–	(95.000)	(95.000)
Juros sobre o Capital Próprio - R\$1,38 (em reais) por ação ON e R\$1,52 (em reais) por ação PN, conforme RCA aprovados em 25/09/2018	–	–	–	–	–	–	–	(120.000)	(120.000)
Juros sobre o Capital Próprio - R\$1,07 (em reais) por ação ON e R\$1,18 (em reais) por ação PN, conforme RCA aprovados em 18/12/2018	–	–	–	–	–	–	–	(95.000)	(95.000)
Saldos em 31/12/2018	3.049.208	(39.913)	91.030	3.015.690	3.106.720	16.232	(361.053)	–	5.771.194
Aumento de capital com reserva legal e parte da reserva para a expansão dos negócios sociais, conforme AGOE de 28/03/2019	100.000	–	(91.030)	(8.970)	(100.000)	–	–	–	–
Aumento de capital com JCP, conforme AGO do dia 26/06/2019	68.000	–	–	–	–	–	–	–	68.000
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	(4.582)	–	–	(4.582)
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	1.296.667	1.296.667
Proposta da destinação do resultado:									
Reserva legal	–	–	64.833	–	64.833	–	–	(64.833)	–
Reserva estatutária	–	–	–	671.834	671.834	–	–	(671.834)	–
Juros sobre o Capital Próprio - R\$0,95 (em reais) por ação ON e R\$1,04 (em reais) por ação PN, conforme RCA aprovados em 25/03/2019	–	–	–	–	–	–	–	(85.000)	(85.000)
Dividendos intercalares, sendo R\$1,95 (em reais) por ação ON e R\$2,15 (em reais) por ação PN, conforme RCA do dia 25/03/2019	–	–	–	–	–	–	–	(175.000)	(175.000)
Juros sobre o Capital Próprio - R\$0,89 (em reais) por ação ON e R\$0,98 (em reais) por ação PN, conforme RCA aprovados em 26/06/2019	–	–	–	–	–	–	–	(80.000)	(80.000)
Juros sobre o Capital Próprio - R\$0,88 (em reais) por ação ON e R\$0,97 (em reais) por ação PN, conforme RCA aprovados em 26/09/2019	–	–	–	–	–	–	–	(80.000)	(80.000)
Dividendos intercalares, sendo R\$0,55 (em reais) por ação ON e R\$0,61 (em reais) por ação PN, conforme RCA do dia 11/11/2019	–	–	–	–	–	–	–	(50.000)	(50.000)
Juros sobre o Capital Próprio - R\$0,99 (em reais) por ação ON e R\$1,09 (em reais) por ação PN, conforme RCA aprovados em 13/12/2019	–	–	–	–	–	–	–	(90.000)	(90.000)
Saldos em 31/12/2019	3.217.208	(39.913)	64.833	3.678.554	3.743.387	11.650	(361.053)	–	6.571.279

continuação

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)			
	Notas	2019	2018
Resultado líquido do exercício		1.296.667	969.698
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Ganhos atuariais, líquidos de perdas, não realizados com plano de pensão de benefício definido			(474)
Efeitos fiscais	21	553	(219)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:			
Ganhos / (perdas) não realizadas com ganhos financeiros disponíveis para venda	21	(1.798)	1.995
Efeitos fiscais	21	717	(753)
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	10	(3.835)	7.175
Componentes do resultado abrangente		(4.582)	8.133
Resultado abrangente do exercício		1.292.085	8.133
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)			
---	--	--	--

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, 121, parte, no bairro Cidade Nova, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar como operadora classificada como seguradora especializada em saúde, e tem como principal acionista a Sul América Companhia Nacional de Seguros (SALIC), com 64,23% de ações ordinárias e 69,77% de ações preferenciais, com participação total de 65,60%, e tem como controladora indireta final a Sul América S.A (SASA), que detém 100% do capital total da Companhia, sendo 34,40% de participação direta e 65,60% de participação indireta através de suas subsidiárias. A SASA é uma Companhia de capital aberto, controlada pela Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), que detém 50,82% das ações ordinárias, 0,01% das ações preferenciais e 25,63% de participação total, e publicou em 21 de fevereiro de 2020 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. **Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa (RN) ANS nº 435, emitida em 23/11/2018. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/03/2020. 2.2. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 5). 2.3. **Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1. **Resumo de práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: 3.1.1. **Auração de resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Prêmios de seguros reconhecidos pelo período de vigência do risco das apólices/faturas; • Despesas de angariação diferidas (bônus de produção, despesa de pessoal e custo de kits) registradas na rubrica “Despesas diferidas” no ativo circulante e “Despesas de comercialização diferidas” no ativo não circulante e amortizados pelo prazo máximo de 120 meses de permanência dos segurados na carteira, considerando a vigência das apólices, o prazo de cobertura e a expectativa de cancelamento ou renovação das apólices; e • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis individualmente (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE), quanto outras despesas relacionadas, mas não diretamente alocáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE). 3.1.2. **Balanco patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. 3.2. **Instrumentos financeiros:** 3.2.1. **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. 3.2.2. **Disponível para venda:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “mantidos até o vencimento” ou “empréstimos e recebíveis”, são classificados como “disponíveis para venda” e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. 3.2.3. **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado e ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.3. **Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo circulante na rubrica “Bens e títulos a receber” e não circulante na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. 3.4. **Investimentos:** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustados pela redução ao valor recuperável, quando aplicável, combinado com os seguintes aspectos: • As participações acionárias em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O ágio decorrente de aquisição com fundamento econômico de expectativa de rentabilidade futura é classificado no investimento; e • O ágio e deságio na aquisição de ações de controlada, tratado como transação de capital, está registrado no patrimônio líquido. 3.5. **Intangíveis:** 3.5.1. **Intangíveis de vida útil definida:** Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida. O período e o método de amortização para estes ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica “Despesas administrativas”, no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e valor contábil residual do ativo, líquido da perda ao valor recuperável, sendo reconhecidos no resultado patrimonial, no momento da baixa do ativo. 3.6. **Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresentem efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. 3.7. **Empréstimos e financiamentos a pagar:** Leasing financeiro, reconhecido pelos valores de contratação dos bens arrendados, descontados ao valor presente pela taxa de juros implícita no contrato. 3.8. **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de 5 anos. Conclui-se, a partir deste estudo, que esses créditos tributários serão consumidos em até 2 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)			
	2019	2018	
Atividades operacionais			
Recebimento de planos saúde	17.251.143	15.481.791	
Resgate de aplicações financeiras	11.030.932	9.465.100	
Recebimento de juros de aplicações financeiras	135.231	337.782	
Outros recebimentos operacionais	104.679	30.167	
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(13.512.937)	(12.116.699)	
Pagamento de comissões	(1.238.641)	(1.081.721)	
Pagamento de pessoal	(479.470)	(435.972)	
Pagamentos de serviços de terceiros	(217.998)	(175.688)	
Pagamento de tributos	(605.929)	(561.708)	
Pagamento de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(109.777)	(76.599)	
Pagamento de aluguel	(28.810)	(26.597)	
Pagamento de promoção/publicidade	(63.708)	(53.711)	
Aplicações financeiras	(11.203.737)	(10.550.743)	
Outros pagamentos operacionais	(368.680)	(252.504)	
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	692.298	(17.102)	
Atividades de investimento			
Recebimento de venda de ativo imobilizado - Outros	603	1.124	
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	87.328	46.423	
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - Outros	(29.525)	(10.613)	
Pagamento relativos ao ativo intangível	(59.929)	(29.998)	
Pagamentos de aquisição de participação em outras empresas	(260.000)	–	
Outros pagamentos das atividades de investimento	(2.751)	–	
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento	(264.274)	6.936	
Atividades de financiamento			
Pagamento de Juros - Empréstimos/ Financiamentos/Leasing	(495)	(395)	
Pagamento de amortização - Empréstimos/ Financiamentos/Leasing	(3.492)	(1.396)	
Pagamento de participação nos resultados	(441.750)	–	
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(445.737)	(1.791)	
Variação de caixa e equivalente de caixa	(17.713)	(11.957)	
Caixa - Saldo inicial	20.183	32.140	
Caixa - Saldo final	2.470	20.183	
Ativos livres no início do período	2.444.419	1.714.100	
Ativos livres no final do período	2.554.426	2.444.419	
Aumento nas aplicações financeiras - Recursos livres	110.007	730.319	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. 3.9. **Provisões técnicas de contratos de seguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela ANS, conforme a seguir. 3.9.1. **Provisão de prêmios ou contribuições não ganhos (PPCNG):** A PPCNG é constituída pelo método pro-rata die, tendo como base os prêmios ou contribuições comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. 3.9.2. **Provisão de sinistro a liquidar (PSL): Processos administrativos:** PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo: • O valor das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de sinistros; e • As despesas referentes à gestão da regulação de sinistros que não são alocados a cada sinistro individualmente (ULAE). **Processos judiciais:** Provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico Interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais de massa, a provisão de sinistros a liquidar leva em consideração fatores calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. Para os processos judiciais de características singulares e relevantes, a PSL Judicial corresponde a 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais de perda para os casos com probabilidade de perda provável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e juros de 10,74% ao ano (10,59% em 2018), baseado no histórico de pagamentos de juros observado. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza civil relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde”, no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” no ativo não circulante, e podem ser atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) ou Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. 3.9.3. **Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA):** A PEONA, também conhecida no mercado internacional como IBNR (Incurred But Not Reported), é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e calculada com base no IBNP (Incurred But Not Paid), subtraído da PSL. Para apurar o IBNP, é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de run-off mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 36 meses, adicionado da ALAE, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. As despesas referentes à gestão da regulação de sinistros que não são alocados a cada sinistro individualmente (ULAE) são registradas contabilmente na IBNR. 3.9.4. **Provisão para remissão:** A Provisão para remissão é constituída para garantia existente em alguns contratos dos benefícios de remissão de prêmios, concedidos aos beneficiários dependentes pelo prazo estabelecido em cada contrato (máximo de 5 anos) em função do falecimento do segurado titular. A provisão é calculada com base na estimativa de sinistros futuros dos beneficiários, descontada considerando a expectativa de vida dos beneficiários e 6% ao ano de juros. 3.10. **Provisões judiciais:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis e trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico Interno e pela Administração da Companhia. 3.10.1. **Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e do grau de risco (provável, possível ou remoto), os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial civil seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA, no caso dos processos cíveis, ou pela TR, no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,74% ao ano (10,59% em 2018). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza civil não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica “Provisões para ações judiciais”. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e pela taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. 3.10.2. **Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado e são reconhecidas nas demonstrações financeiras, na rubrica “Provisões para ações judiciais”, no passivo circulante e não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica “Tributos e contribuições”, no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC,

conforme legislação vigente. 3.11. **Incentivo em ações:** A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos são compostos por outorgas de opções bonificadas, onde o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da SASA, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. O valor justo do plano é mensurado pela Companhia com base na última cotação da ação da SASA antes da outorga. Os valores relacionados ao plano de incentivo em ações são contabilizados na rubrica “Despesas administrativas”, com um correspondente lançamento na rubrica “Outras contas a pagar”. Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 13.2). 3.12. **Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição for aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. 3.13. **Benefícios a empregados:** Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), o Benefício de Renda Vitalícia, o Programa de Indenização para Executivos, seguro saúde e seguro de vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com os benefícios de renda vitalícia, com o programa de indenização de executivos, com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos efetuados por atuários internos, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. 3.14. **Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à apuração do valor justo dos instrumentos financeiros, ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certas despesas de comercialização, a probabilidade de êxito nas ações judiciais, ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo através do resultado e disponíveis para venda (nota 5); • Despesas de comercialização diferidas (nota 7); • Movimentação de créditos e débitos tributários (nota 8); • Provisões técnicas de operações de assistência à saúde (nota 12); e • Provisões para ações judiciais (nota 15). 3.15. **Normas e interpretações novas e revisadas:** 3.15.1. **Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): Aplicação das normas novas e/ou revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras:** • IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros – Em vigor a partir de 01/01/2018, com isenção opcional para entidades que emitem contratos de seguros (IFRS 4 / CPC 11). O referido pronunciamento ainda não foi aprovado pela ANS. A seguir, estão apresentadas as normas novas e/ou revisadas aplicáveis às operações da Companhia que passaram a ser aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2019: • IFRS 16 / CPC 6 (R2) – Arrendamento mercantil – Em vigor a partir de 01/01/2019. O referido pronunciamento ainda não foi aprovado pela ANS. As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações: • Alterações ao CPC 18 - Investimento em coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto – Em vigor a partir de 01/01/2019; • IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos de Imposto de renda – Em vigor a partir de 01/01/2019; • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2015 – 2017 - Alterações às IFRS 3 e 11 sobre participações detidas anteriormente em operações conjuntas, à IAS 12 sobre consequências tributárias dos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como patrimônio e à IAS 23 sobre custos elegíveis à capitalização – Em vigor a partir de 01/01/2019; e • Alterações ao IAS 19 (CPC 33 R1) - Os planos de benefícios a empregados da SulAmérica não tiveram alteração, redução ou liquidação. Dessa forma, a alteração do IAS 19 não tem efeito para a SulAmérica. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2019 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia:** Uma série de novas normas estará efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, assim como não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Espera-se que as seguintes normas possam ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial: • IFRS 17 – Contratos de seguros – Em vigor a partir de 01/01/2021 – A ANS ainda não aprovou tais normativos, portanto ainda não há previsão de data de adoção de tal normativo pelas empresas reguladas por tal autarquia. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da SulAmérica ou não são aplicáveis às suas operações: • Definição de um negócio (Emendas ao IFRS 3 – Combinação de negócios) – Em vigor a partir de 01/01/2020; • Definição de materialidade (Emendas ao IAS 1 e IAS 8) – Em vigor a partir de 01/01/2020; e • Alteração da estrutura conceitual - Em vigor a partir de 01/01/2020. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a ANS, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela ANS. **4. Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos (Enterprise Risk Management – ERM) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos avaliando seus controles e garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigente. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma: **Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigente, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta às Unidades de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoR), Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. Com o objetivo de complementar esta avaliação e de acordo com as melhores práticas de gestão de riscos, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para as suas principais linhas de negócio e categorias de riscos, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos pela Companhia, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. É papel do Comitê de Riscos e da Divisão de Riscos Corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de gestão de riscos corporativos. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. Em 2018, foi criada a área de controles internos sob a responsabilidade do Gestor de Riscos da SulAmérica com a função de realizar avaliações contínuas, através de testes de eficácia, para se certificar da presença e do funcionamento dos controles. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia a solvência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). Com a finalidade de multiplicar a cultura de ERM e atuar como pontos focais, foram selecionados colaboradores na primeira e na segunda linha de defesa, fortalecendo as agendas de treinamentos e campanhas de gestão de riscos na SulAmérica. O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impactam nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos.

continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde CNPJ 01.685.053/0001-56														
Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo		Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa		
			2019	2018	2019	2018				2019	2018	2019	2018	
Sul América S.A. (b) (c)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	–	–	20.485	28.311	Sul América S.A. (b) (c)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	–	–	–	–	
Saepar Serviços e Participações S.A. (c) (d)	Controladora indireta	Sul América S.A.	1.238	662	–	–	Saepar Serviços e Participações S.A. (c) (d)	Controladora indireta	Sul América S.A.	4	29	–	–	
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a) (c) (f) (g)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	8.147	6.421	349	203	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a) (c) (f) (g)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	435	242	(3.710)	(2.341)	
Sul América Gestora de Recursos S.A. (a) (c) (f) (g)	Controlada Indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	844	765	426	413	Sul América Gestora de Recursos S.A. (a) (c) (f) (g)	Controlada Indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	73	215	(4.714)	(4.753)	
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (a) (c) (d) (e) (f) (k)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	2.310	20.162	–	748	Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (a) (c) (d) (e) (f) (k)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	1.613	1.750	(9.483)	(6.900)	
Sul América Companhia Nacional de Seguros (c) (d) (f)	Controladora direta	Saepar Serviços e Participações S.A.	1.484	3.393	2.180	6.551	Sul América Companhia Nacional de Seguros (c) (d) (f)	Controladora direta	Saepar Serviços e Participações S.A.	10	6.717	(3.259)	(10.848)	
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (a)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	20.704	18.612	–	–	Sul América Santa Cruz Participações S.A. (a)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	–	–	–	
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (c) (d) (f)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	8.038	5.914	–	12.655	Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (c) (d) (f)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	886	847	(16.967)	(19.455)	
Sul América Odontológico S.A. (a) (c) (f)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	3.166	3.262	–	–	Sul América Odontológico S.A. (a) (c) (f)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	1.352	838	–	–	
Sul América Capitalização S.A - SULACAP (c) (d) (l)	Controlada Indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	26	19	–	2	Sul América Capitalização S.A - SULACAP (c) (d) (l)	Controlada Indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	12	837	(5)	(639)	
Sul América Serviços e Participações S.A. (d) Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. (j) (n)	Ligada	Saepar Serviços e Participações S.A.	–	–	–	–	Sul América Serviços e Participações S.A. (d) Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. (j) (n)	Ligada	Saepar Serviços e Participações S.A.	3	–	–	–	
Escritório de Advocacia Gouvea Vieira (h) (n)	Outros	Saepar Serviços e Participações S.A.	–	–	223	51	Escritório de Advocacia Gouvea Vieira (h) (n)	Ligada	Saepar Serviços e Participações S.A.	–	–	(1.402)	(51)	
J.H. Gouvea Vieira Escritório de Advocacia (h) (n)	Outros	Outros	–	–	208	222	J.H. Gouvea Vieira Escritório de Advocacia (h) (n)	Outros	Outros	297	264	(3.306)	(311)	
Sharecare Brasil Serviços de Consultoria LTDA (i) (n)	Ligada	Outros	–	–	469	450	Sharecare Brasil Serviços de Consultoria LTDA (i) (n)	Ligada	Outros	35	–	(3.223)	(2.633)	
Sharecare Digital Health International Limited	Coligada	Sharecare Digital Health International Limited	–	–	11.065	6.276	Sharecare Digital Health International Limited	Coligada	Sharecare Digital Health International Limited	3.504	–	(85.211)	(85.515)	
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (m)	Outros	Outros	–	4	78	11	Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (m)	Outros	Outros	553	362	(769)	(91)	
Total			45.957	59.214	35.483	55.893	Total			8.777	12.101	(132.049)	(133.537)	

(a) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (b) Valor referente ao reembolso que a Companhia faz a SASA relacionado ao plano de bonificação de seus executivos com incentivo em ações (stock options) de emissão da SASA; (c) Valor referente às transações em conta corrente entre empresas do grupo, referente basicamente, as operações com seguro e reembolso de despesas administrativas; (d) Valor referente ao seguro saúde e odontológico a funcionários e dirigentes; (e) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (f) Valor referente ao reembolso de aluguel de imóveis; (g) Valor referente à taxa de administração e gestão correspondente à 0,25% sobre o total da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente; (h) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (i) Valor referente à prestação de serviços e soluções em saúde; (j) Valor referente a serviço de intermediação de atendimento entre segurados e prestador médico; (k) Valor referente a operação de seguro viagem adquirido pela Companhia; (l) Valor referente à contratação de títulos de capitalização, na modalidade incentivo; (m) Valores referentes a operações de seguros e previdência entre as companhias e pessoal-chave da administração, familiares e suas respectivas companhias; e (n) Valor referente ao seguro saúde dos funcionários da companhia contratado junto a empresas do grupo. Os montantes de dividendos e juros sobre capital próprio (“JCP”) recebidos e pagos pela Companhia, em 2019 e 2018, estão demonstrados a seguir:

Dividendos e JCP recebidos		Dividendos e JCP pagos	
2019	2018	2019	2018
Sasa	–	–	151.532
Salic	–	–	290.218
Sami	25.655	13.611	–
Sulaseg	40.000	–	–
Santa Cruz	18.612	21.776	–
Sulamed	–	8.781	–
Saga	3.061	2.255	–
Total	87.328	46.423	441.750

13.2. Remuneração da administração: A Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

Benefícios de curto prazo a administradores		Benefícios pós-emprego		Incentivo de ações (a)		Total
31/12/2019	33.676	–	–	20.070	–	53.746
31/12/2018	35.393	–	–	28.311	–	63.704

Despesas

31/12/2019	(46.893)	(860)	(2.816)	(50.569)
31/12/2018	(60.858)	(182)	(7.815)	(68.855)

(a) Despesa a reembolsar a SASA pelo incentivo em ações (stock options) aos seus executivos (nota 3.11). 14. Compromissos e ônus a liquidar: 14.1. Recursos bloqueados: Em 31/12/2019, a Companhia possui recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referente às demandas judiciais no montante de R\$19.310 (R\$14.411 em 2018), registrados na rubrica “Bens e títulos a receber”, no ativo circulante. 14.2. Garantia das provisões técnicas: A Companhia possui bens vinculados a ANS, oferecidos em garantia para cobertura das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 12.2. 14.3. Contrato de aluguel – São Paulo: Em 04/07/2013, a Companhia assinou contrato de locação para a nova sede da SulAmérica em São Paulo. O prazo da locação é de 10 anos, contados a partir de 15/06/2015, podendo ser renovado automaticamente por períodos de 5 anos, por 3 ciclos consecutivos. Durante o período de vigência do contrato a Companhia se compromete a pagar mensalmente a quantia de R\$1.833, reajustada anualmente pela variação acumulada do IGP-M, cabendo a ela um percentual de 68,4% sobre este montante, sendo o restante de responsabilidade das demais. O montante registrado no resultado da Companhia, até 31/12/2019, corresponde a R\$15.675 (R\$14.964 em 2018). A Lei de Locações e o contrato possuem disposições que impedem os locadores de rescindirem unilateralmente a locação, sendo que a Companhia poderá fazê-lo, desde que mediante o pagamento de multa. 15. Depósitos judiciais e fiscais, provisões judiciais e obrigações fiscais: Em 31/12/2019 e 2018, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” no ativo não circulante, assim como as provisões para ações judiciais, fiscais e trabalhistas registradas na rubrica “Provisões para ações judiciais” no passivo circulante e não circulante e, as obrigações fiscais, registradas na rubrica “Tributos e contribuições”, no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir: 15.1. Depósitos judiciais:

Descrição	2019	2018
Fiscais:		
COFINS	428.017	387.602
PIS	133.848	125.347
Contribuição social	453.328	460.668
Imposto de renda	71.566	77.195
Outros	7.840	7.570
Subtotal	1.094.599	1.058.382
Previdenciárias:		
INSS (a)	54.726	119.724
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	9.347	5.823
Ações cíveis	322.618	275.090
Subtotal	331.965	280.913
Total	1.481.290	1.459.019
Não circulante	1.481.290	1.459.019

(a) Em 2019 houve levantamento de parte dos valores depositados no processo 200061000105649 no montante de R\$67.110, onde a Companhia questionava a incidência da Contribuição Previdenciária sobre os repasses realizados aos médicos e demais profissionais da área da saúde. 15.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

Descrição	Saldos em 01/01/2018	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldos em 31/12/2018
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis	178.212	116.491	23.798	(88.672)	229.829
Trabalhistas	9.791	1.422	596	(2.448)	9.361
Honorários	19.403	15.422	–	(10.016)	24.809
Outros	31.185	72.687	3.625	(61.637)	45.860
Subtotal	238.591	206.022	28.019	(162.773)	309.859
Previdenciárias:					
INSS	40.020	–	1.171	–	41.191
Subtotal	40.020	–	1.171	–	41.191
Tributárias:					
PIS	94.228	–	3.223	–	97.451
COFINS	326.964	–	9.940	–	336.904
CSLL	429.535	–	19.076	(1.037)	447.574
IRPJ	121.340	–	3.955	(48.027)	77.268
Honorários	14.128	2.973	2.262	(893)	18.470
Outros	18.026	–	3.201	–	21.227
Subtotal	1.004.221	2.973	41.657	(49.957)	998.894
Total	1.282.832	208.995	70.847	(212.730)	1.349.944
Circulante					55.267
Não circulante					1.294.677

Descrição	Saldos em 31/12/2018	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldos em 31/12/2019
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis	229.829	123.850	31.537	(132.169)	253.047
Trabalhistas	9.361	7.717	774	(4.296)	13.556
Honorários	24.809	16.766	–	(14.444)	27.131
Outros	45.860	58.093	3.181	(86.714)	20.420
Subtotal	309.859	206.426	35.492	(237.623)	314.154
Previdenciárias:					
INSS	41.191	–	1.102	–	42.293
Subtotal	41.191	–	1.102	–	42.293
Tributárias:					
PIS	97.451	121	3.118	(21.624)	79.066
COFINS	336.904	–	9.387	–	346.291
CSLL	447.574	–	16.338	(22.784)	441.128
IRPJ	77.268	–	1.279	(6.477)	72.070
Honorários	18.470	1.501	463	(4.220)	16.214
Outros	21.227	6.208	471	(10.000)	17.906
Subtotal	9989				

continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

de novas ações, mediante a capitalização do total da Reserva Legal e de parte da Reserva para Expansão dos Negócios Sociais, em observância ao disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976; e 5. Em 26/06/2019 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$68.000 através de juros sobre capital próprio, com a emissão de 750.683 novas ações ordinárias e 245.694 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$68,25 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 31/05/2019, sendo: (i) 482.932 novas ações ordinárias e 171.655 novas ações preferenciais subscritas e integralizadas pela acionista Sul América Companhia Nacional de Seguros; e (ii) 267.751 novas ações ordinárias e 74.039 novas ações preferenciais subscritas e integralizadas pela acionista Sul América S.A. 19.2. **Reserva de capital:** Referem-se ao ágio e deságio apurado em transações de capital, na aquisição de ações de sociedades nas quais a Companhia ou suas controladas já detém o controle. 19.3. **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. 19.4. **Reserva estatutária:** A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social após as destinações alocadas para reserva legal, de lucros e de contingências, quando for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de Administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos. 19.5. **Ajustes de avaliação patrimonial:** A rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” considera, conforme legislação vigente, principalmente os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, relativos a títulos próprios e de controladas, os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido próprio e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. 19.6. **Dividendos:** De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos obrigatórios equivalentes

a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em consonância com a legislação em vigor. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes asseguradas a percepção de dividendos 10% superiores aos pagos às ações ordinárias e a prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia, sem prêmio. Em 30/04/2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$95.000, sendo R\$1,11 (em reais) por ação ordinária e R\$1,23 (em reais) por ação preferencial. Em 25/09/2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$120.000, sendo R\$1,38 (em reais) por ação ordinária e R\$1,52 (em reais) por ação preferencial. Em 18/12/2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$95.000, sendo R\$1,07 (em reais) por ação ordinária e R\$1,18 (em reais) por ação preferencial, a serem pagos a partir desta data. Em 25/03/2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$175.000, sendo R\$1,95 (em reais) por ação ordinária e R\$2,15 (em reais) por ação preferencial, para pagamento aos acionistas a partir da referida data. Em 25/03/2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$85.000, sendo R\$0,95 (em reais) por ação ordinária e R\$1,04 (em reais) por ação preferencial, para pagamento aos acionistas a partir da referida data. Em 28/03/2019 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos obrigatórios no valor de R\$230.303, ao qual foram imputados os juros sobre capital próprio declarados nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 30/04/2018, 25/09/2018 e 18/12/2018, respectivamente. Em 26/06/2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$80.000, sendo R\$0,89 (em reais) por ação ordinária e R\$0,98 (em reais) por ação preferencial, para pagamento aos acionistas a partir da referida data. Em 26/09/2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$80.000, sendo R\$0,88 (em reais) por ação ordinária e R\$0,97 (em reais) por ação preferencial, para pagamento aos acionistas a partir da referida data. Em 11/11/2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$50.000, sendo

R\$0,55 (em reais) por ação ordinária e R\$0,61 (em reais) por ação preferencial, para pagamento aos acionistas a partir da referida data. Em 13/12/2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$90.000, sendo R\$0,99 (em reais) por ação ordinária e R\$1,09 (em reais) por ação preferencial, para pagamento aos acionistas a partir da referida data. 19.7. **Distribuição do resultado:**

Descrição	2019	2018
Lucro antes dos impostos e participações	1.707.825	1.390.602
(-) Impostos e contribuições	(368.089)	(377.765)
(-) Participações	(43.069)	(43.139)
Lucro líquido do exercício	1.296.667	969.698
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(64.833)	(48.485)
Lucro líquido ajustado	1.231.834	921.213
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado (a)	307.959	230.303
(-) Dividendos antecipados a serem imputados nos dividendos mínimos obrigatórios (b)	225.000	-
(-) Juros sobre capital próprio líquido a serem imputados nos dividendos mínimos obrigatórios (c)	82.959	230.303
(-) Juros sobre capital próprio não imputados nos dividendos obrigatórios	201.791	33.197
Bruto	335.000	310.000
Imposto de renda	(50.250)	(46.500)
Saldo dos dividendos obrigatórios (d) = (a) - (b) - (c)	-	-
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	671.834	611.213
20. Detalhamento das contas de resultado: 20.1. Prêmios retidos:		
Descrição	2019	2018
Assistência médico hospitalar - AMH	17.133.905	15.467.177
Assistência odontológica - AO	200.752	142.486
Total	17.334.657	15.609.663

20.2. Sinistros ocorridos:

Descrição	2019						
	Antes da lei (a)		Após a Lei (a)		Total rede		
	Rede contratada	Reembolso	Rede contratada	Reembolso	contratada	reembolso	Total
Consultas	(103.918)	(52.195)	(1.213.773)	(363.181)	(1.317.691)	(415.376)	(1.733.067)
Exames	(231.343)	(20.566)	(2.229.907)	(155.560)	(2.461.250)	(176.126)	(2.637.376)
Terapias	(131.961)	(2.042)	(682.149)	(20.565)	(814.110)	(22.607)	(836.717)
Internações	(895.236)	(57.630)	(5.537.184)	(398.867)	(6.432.420)	(456.497)	(6.888.917)
Outros	(188.564)	(55.466)	(1.134.424)	(349.526)	(1.322.988)	(404.992)	(1.727.980)
Subtotal	(1.551.022)	(187.899)	(10.797.437)	(1.287.699)	(12.348.459)	(1.475.598)	(13.824.057)
SUS							(19.587)
Total							(13.843.644)

(a) Refere-se aos planos de saúde operados antes e após a Lei nº 9.656/1998. 20.3. **Outras despesas operacionais:** Em 31/12/2019, as “Outras despesas operacionais”, no montante de R\$380.088 (R\$416.798 em 2018), estão registradas nas rubricas “Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde”, no montante de R\$372.084 (R\$382.726 em 2018) e “Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora”, no montante de R\$8.004 (R\$34.072 em 2018), compostos da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Despesas com operações de seguros	(1.835)	(1.893)
Constituição de provisão para contingências cíveis e outras operações de seguros	(156.993)	(137.221)
Serviços técnicos de seguros (Constituição) / reversão da provisão para riscos de crédito	(41.565)	(141.348)
	(51.643)	(107.048)
Despesas com cobrança de seguros	(128.052)	(129.288)
Total	(380.088)	(416.798)

20.4. Despesas de comercialização:

Descrição	2019	2018
Comissões sobre prêmio retido:		
Sobre prêmios	(813.537)	(746.573)
Sobre agenciamento	(438.629)	(353.508)
Varição de despesas de comercializações		
diferidas	154.993	115.284
Total	(1.097.173)	(984.797)

20.5. Despesas administrativas:

Descrição	2019	2018
Pessoal próprio	(445.164)	(416.468)
Incentivos em ações	(2.816)	(7.815)
Serviços de terceiros	(194.335)	(164.668)
Localização e funcionamento	(95.804)	(84.390)
Publicidade e propaganda	(37.359)	(23.781)
Despesas com tributos	(185)	(12.163)
Outras	(90.172)	(103.172)
Total	(865.835)	(812.457)

Os benefícios aos funcionários, incluídos na rubrica “Pessoal próprio”, estão representados de forma detalhada na tabela a seguir (não inclui honorários de diretoria):

Descrição	2019	2018
Remunerações	(229.947)	(205.805)
Encargos sociais	(84.181)	(78.622)
Indenizações e rescisões	(13.589)	(8.754)
Vale alimentação, refeição e transporte	(45.257)	(40.998)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(17.836)	(20.363)
Outros benefícios	(15.118)	(11.301)
Total	(405.928)	(365.843)

20.6. Resultado financeiro líquido:

Descrição	2019	2018
Títulos e valores mobiliários	341.796	294.420
Valor justo por meio do resultado	14.145	107.104
Disponível para venda	200.381	187.316
Operações de seguros	59.199	53.254

Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(46.235)	(45.836)
Juros de mora	-	(29)
Outros	7.641	24.765
Total	362.401	326.574

Receitas financeiras:		
Descrição	2019	2018
Valorização de cotas de fundos de investimentos	205.722	141.106
Títulos de renda fixa - privados	77.433	100.388
Títulos de renda fixa - públicos	171.857	167.780
Operações de seguros	62.389	55.632
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	69.777	61.629
Outras	18.285	34.656
Total	605.463	561.191

Despesas financeiras:		
Descrição	2019	2018
Operações de seguro	(3.190)	(2.378)
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(113.216)	(114.854)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(116.012)	(107.465)
Juros de mora	-	(29)
Outras	(10.644)	(9.891)
Total	(243.062)	(234.617)

20.7. **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas alíquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	1.707.825	1.707.825	1.390.602	1.390.602
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(426.956)	(256.174)	(347.651)	(278.120)
Alíquota nominal	25%	15%	25%	20%
Correntes:				
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(5.140)	(3.084)	(20.669)	(16.698)
Atualizações de depósitos judiciais (decisão favorável)	(16.778)	(10.067)	(24)	(19)
Despesas indedutíveis	(23.721)	(3.685)	(19.054)	(5.076)
Provisão para redução ao valor recuperável	(1.040)	(624)	(14.109)	(11.287)
Provisões não dedutíveis	-	-	(5.822)	(4.658)
Outras	-	(2.767)	(904)	-
Subtotal	(46.679)	(17.460)	(62.445)	(38.642)
Exclusões:				
Juros sobre o capital próprio	83.750	50.250	77.500	62.000
Atualização de depósitos judiciais	4.800	2.880	11.426	9.140
Resultado positivo com equivalência patrimonial	54.771	32.862	51.628	41.302
Reversão de provisões não dedutíveis	7.080	4.248	-	-
Reversão da provisão sobre participações nos lucros	10.504	6.303	10.319	8.255
Outras	4.678	2.623	-	-
Subtotal	165.583	99.166	150.873	120.697
Redução de incentivos fiscais	20.724	-	18.697	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	(287.328)	(174.468)	(240.526)	(196.065)
Diferidos:				
Constituição / (reversão) de crédito tributário sobre prejuízo fiscal / base negativa	-	-	(4)	-
Constituição de crédito tributário sobre diferenças temporárias	4.749	(999)	32.690	12.261
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	56.223	33.734	6.336	7.543
Receitas (despesas) com imposto de renda e contribuição social diferido	60.972	32.735	39.022	19.804
Receitas (despesas) com imposto de renda e contribuição social	(226.356)	(141.733)	(201.504)	(176.261)
Alíquota efetiva	13,25%	8,30%	14,49%	12,68%
Alíquota efetiva combinada	21,55%	21,55%	27,17%	27,17%

21. **Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido:**

Descrição	2019		
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Perda atuarial de benefício definido	Total
Base	(1.798)	553	(1.245)
Imposto de renda	447	(137)	310
Contribuição social	270	(82)	188
Total	717	(219)	498
Líquido	(1.081)	334	(747)
			2018
Descrição	2018		
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Perda atuarial de benefício definido	Total
Base	1.995	(474)	1.521
Imposto de renda	(499)	119	(380)
Contribuição social	(254)	71	(183)
Total	(753)	190	(563)
Líquido	1.242	(284)	958

23. **Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa nas atividades de investimento e financiamento:** Conforme nota 19.1, a Companhia aumentou o capital social no montante de R\$168.000, mediante a capitalização do total da Reserva Legal, de parte da Reserva para Expansão dos Negócios Sociais e de juros sobre o capital próprio a pagar. Ademais, a Companhia aumentou capital nas investidas SULAMED e SULAODONTO nos montantes de R\$5.914 e R\$3.249, respectivamente, através de dividendos obrigatórios a receber. 24. **Eventos subsequentes:** Deliberações de dividendos e juros sobre o capital próprio: Em 19/02/2020, a Companhia aprovou distribuição de dividendos intercalares sobre o saldo de reserva estatutária apurado em 31/01/2020 no montante de R\$68.496, sendo R\$0,75 (em reais) por ação ordinária e R\$0,83 (em reais) por ação preferencial, para pagamento a partir da data mencionada. Em 17/03/2020 a Companhia aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$50.000, para pagamento a partir da data mencionada. Comunicado sobre o Covid-19: Em 17 de março de 2020, a controladora Sul América S.A. divulgou comunicado ao mercado e seus acionistas em geral sobre as medidas que estão sendo adotadas para proteger suas operações, seus beneficiários, colaboradores e respectivas famílias desde o início do surto e atual pandemia do novo coronavírus (COVID-19). As principais são: • Reuniu um time multidisciplinar de especialistas para acompanhar a evolução dos registros da doença, orientar e atender com precisão seus mais de 2,3 milhões de beneficiários em saúde, incluindo seus mais de 5,4 mil funcionários e respectivas famílias; • Recorreu a duas das maiores autoridades em infectologia no país para produzir conteúdos informativos para os clientes e seus funcionários, bem como treinar e orientar médicos e demais profissionais de saúde; • Realiza reuniões diárias por um comitê técnico criado especificamente para essa crise, para avaliar as ações implementadas, monitorar indicadores e principalmente decidir sobre eventuais ajustes de rota, sempre com intuito de minimizar danos à saúde das pessoas e ao sistema; • Disponibilizou o serviço Médico na tela, que fornece consultas por vídeo chamada pelo aplicativo SulAmerica Saúde, de forma irrestrita para todos os beneficiários e criou um canal telefônico para informações sobre o COVID-19; e • Para seus colaboradores, a SulAmérica definiu regime de trabalho domiciliar (home office ou homeworking) desde 16 de março de 2020 para a população mais sensível ao risco (maiores de 60 anos, gestantes e pacientes crônicos, como por exemplo cardíacos, diabéticos, imunodeprimidos ou pessoas com doenças respiratórias preexistentes), além de incentivar o trabalho a distância para toda sua força de trabalho, em linha com o foco da Companhia em mobilidade e colaboração. Por se tratar de estágio inicial da proliferação do novo COVID-19 no Brasil deve-se observar ao longo das próximas semanas e meses como a situação, que ainda é bastante volátil, irá evoluir, desta forma a SulAmérica não tem ainda como quantificar ou estimar potenciais impactos financeiros em seus resultados.

Conselho de Administração: Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas. **Conselheiros:** Carlos Infante Santos de Castro; e Gabriel Portella Fagundes Filho.

Diretoria: Diretor Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho. **Diretores Vice-Presidente:** André Luiz Lauzana dos Santos; Cristiano Donisete Barbieri; Marco Antonio Antunes da Silva; Patrícia Quirico Coimbra; Raquel Reis Correa Giglio; e Ricardo Bottas Dourado dos Santos. **Diretores:** Alessandra Maia Marinho Basile; Christian Rogério Menezes; Emil Andery; Erika Fuga Rossi; Fabiane Reschke; Gilson Bochneritsan; Heitor Augusto Pereira Barbosa; José Carlos dos Santos Vieira; José Henrique Pimentel de Melo; Laenio Pereira dos Santos; Luciano Macedo de Lima; Marcelo Suman Mascaretti; Marco Antonio Neves; Reinaldo Amorim Lopes; Renato Roperto; Ricardo Augusto de Campos Soares; Solange Zaquem Thompson Motta; e Tereza Villas Boas Veloso.

Contador: Ivandro de Almeida Oliveira - CRC - RJ 076.168/O-7.

Atuária: Manuelle Maggessi Garcez - MIBA/MTPS/2244.

continua

Diário Comercial

O **Diário Comercial** oferece o melhor custo benefício do mercado para publicações legais, como: Atas, Avisos, Balanços, Comunicados, Editais e Fatos Relevantes.

Com atendimento ágil e personalizado é o veículo adequado ao público do setor financeiro.



continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Companhia de Seguro Saúde. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Companhia de Seguro Saúde (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Companhia de Seguro Saúde em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2020.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Roberto Paulo Kenedi

Contador

CRC 1RJ 081.401/O-5

PANDEMIA

Mercado prevê queda de 0,48% do PIB neste ano e inflação de 2,94%

A expectativa de inflação tem sido bastante afetada pela perspectiva de que, com o coronavírus, a atividade econômica seja fortemente prejudicada, com impactos negativos sobre a demanda

Os efeitos da pandemia do novo coronavírus sobre a economia brasileira fizeram os economistas do mercado financeiro cortarem novamente suas projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2020. Conforme o Relatório de Mercado Focus divulgado ontem, a expectativa para a economia este ano passou de crescimento de 1,48% para retração de 0,48%. Há quatro semanas, a estimativa era de alta de 2,17%.

Para 2021, o mercado financeiro manteve a previsão do Produto Interno Bruto (PIB), de alta de 2,50%. Quatro semanas atrás, estava no mesmo patamar.

Na semana passada, na esteira da pandemia, o BC atualizou, por meio do Relatório Trimestral de Inflação (RTI), sua projeção para o PIB em 2020, de alta de 1,8% para variação zero. O próprio BC, no entanto, reconheceu que o cenário está se alterando rapidamente e que, por isso, a projeção do RTI não reflete, necessariamente, a situação atual.

No Focus agora divulgado, a projeção para a produção industrial de 2020 foi de alta de 1,00% para avanço de 0,85%. Há um mês, estava

em 2,41%. No caso de 2021, a estimativa de crescimento da produção industrial permaneceu em 2,50%, igual a quatro semanas antes.

A pesquisa Focus mostrou ainda que a projeção para o indicador que mede a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB para 2020 foi de 56,55% para 56,63%. Há um mês, estava em 56,90%. Para 2021, a expectativa foi de 57,95% para 57,87%, ante 57,82% de um mês atrás.

O Focus trouxe também alteração na projeção para o resultado primário do governo em 2020. A relação entre o déficit primário e o PIB este ano foi de 1,20% para 1,30%. No caso de 2021, foi de 0,53% para 0,60%. Há um mês, os percentuais estavam em 1,10% e 0,50%, respectivamente.

Já a relação entre déficit nominal e PIB em 2020 foi de 5,60% para 6,00%, conforme as projeções dos economistas do mercado financeiro. Para 2021, seguiu em 4,86%. Há quatro semanas, estas relações estavam em 5,50% e 5,00%, nesta ordem.

O resultado primário reflete o saldo entre receitas e despesas do governo, antes do pagamento dos juros da dívida pública. Já o resultado nominal reflete o saldo já

após as despesas com juros.

Os economistas do mercado financeiro alteraram a projeção para a balança comercial em 2020, de superávit comercial de US\$ 35,25 bilhões para US\$ 35,00 bilhões. Um mês atrás, a previsão era de US\$ 36,70 bilhões. Para 2021, a estimativa de superávit foi de US\$ 34,90 bilhões para US\$ 35,30 bilhões. Há um mês, estava em US\$ 33,19 bilhões.

Na estimativa mais recente do BC, o saldo positivo de 2020 ficará em US\$ 33,5 bilhões. Esta projeção foi atualizada no Relatório Trimestral de Inflação divulgado neste mês.

No caso da conta corrente, a previsão contida no Focus para 2020 foi de déficit de US\$ 56,50 bilhões para US\$ 55,80 bilhões, ante US\$ 58,00 bilhões de um mês antes. Para 2021, a projeção de rombo foi de US\$ 58,53 bilhões para US\$ 58,50 bilhões. Um mês atrás, o rombo projetado era de US\$ 59,40 bilhões. O BC projeta déficit em conta de US\$ 41,0 bilhões em 2020.

Para os analistas consultados semanalmente pelo BC, o ingresso de Investimento Direto no País (IDP) será suficiente para cobrir o resultado deficitário nestes anos. A mediana das

previsões para o IDP em 2020 seguiu em US\$ 80,00 bilhões. Há um mês, estava no mesmo patamar. Para 2021, a expectativa foi de US\$ 80,0 bilhões para US\$ 81,40 bilhões, ante US\$ 84,05 bilhões de um mês antes. O BC projeta IDP de US\$ 60,0 bilhões em 2020.

Na esteira do avanço do novo coronavírus no Brasil, os economistas do mercado financeiro cortaram novamente a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o indicador oficial de preços em 2020 e 2021.

O relatório mostra também que a mediana para o IPCA neste ano foi de alta de 3,04% para 2,94%. Há um mês, estava em 3,19%. A projeção para o índice em 2021 foi de 3,60% para 3,57%. Quatro semanas atrás, estava em 3,75%.

O relatório Focus trouxe ainda a projeção para o IPCA em 2022, que seguiu em 3,50%. No caso de 2023, a expectativa permaneceu em 3,50%. Há quatro semanas, essas projeções eram de 3,50% para ambos os casos.

A projeção dos economistas para a inflação já está bem abaixo do centro da meta de 2020, de 4,00%, sendo que a margem de tolerância é de 1,5 ponto por-

centual (índice de 2,50% a 5,50%). No caso de 2021, a meta é de 3,75%, com margem de 1,5 ponto (de 2,25% a 5,25%). Já a meta de 2022 é de 3,50%, com margem de 1,5 ponto (de 2,00% a 5,00%).

A expectativa de inflação no curto prazo tem sido bastante afetada pela perspectiva de que, com a pandemia do novo coronavírus, a atividade econômica seja fortemente prejudicada, com impactos negativos sobre a demanda por produtos e baixa da inflação.

O relatório de Mercado Focus mostrou a manutenção no cenário para a moeda norte-americana em 2020. A mediana das expectativas para o câmbio no fim do ano seguiu em R\$ 4,50, ante R\$ 4,20 de um mês atrás.

Para 2021, a projeção para o câmbio foi de R\$ 4,29 para R\$ 4,30, ante R\$ 4,15 de quatro pesquisas atrás.

Os economistas do mercado financeiro alteraram novamente suas projeções para a Selic (a taxa básica da economia) no fim de 2020. O Relatório de Mercado Focus trouxe que a mediana das previsões para a Selic neste ano passou de 3,75% para 3,50% ao ano. Há um mês, estava em 4,25%.

Já a projeção para a Selic

no fim de 2021 foi de 5,25% para 5,00% ao ano, ante 5,75% de quatro semanas atrás. No caso de 2022, a projeção seguiu em 6,00%, ante 6,50% de um mês antes. Para 2022, permaneceu em 6,25%, ante 6,50% de quatro semanas atrás.

Há duas semanas, ao cortar a Selic de 4,25% para 3,75% ao ano, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central informou que, neste momento, vê como adequada a manutenção da taxa de juros em seu novo patamar. “No entanto, o Comitê reconhece que se elevou a variância do seu balanço de riscos e novas informações sobre a conjuntura econômica serão essenciais para definir seus próximos passos”, ponderou o colegiado.

No grupo dos analistas que mais acertam as projeções (Top 5) de médio prazo no Focus, a mediana da taxa básica em 2020 passou de 3,38% para 3,13% ao ano, ante 4,25% ao ano. No caso de 2021, foi de 5,00% para 4,50% ao ano, ante 5,75% ao ano de quatro semanas atrás.

A projeção para o fim de 2022 no Top 5 permaneceu em 6,00%. Há um mês, estava no mesmo patamar. No caso de 2023, seguiu em 6,00%, também igual a quatro semanas antes.

PIORA DA PANDEMIA

Fitch revisa a perspectiva do setor bancário brasileiro de estável para negativa este ano

A Fitch afirmou em comunicado ontem que revisou a perspectiva do setor bancário do Brasil de estável para negativa “devido à piora da pandemia global de coronavírus” Segundo a agência, o choque macroeconômico global por causa da doença impõe “desafios de execução para todos os setores no Brasil”, em um quadro mais complexo e desafiador para as empresas, o setor de varejo e as pessoas físicas. “Este cenário naturalmente muda a dinâmica de crédito para bancos e para todas as instituições financeiras não bancárias no país

e deve impactar seus perfis financeiros”, aponta.

Após a aprovação da reforma previdenciária, o nível de confiança estava aumentando, embora de modo lento, na opinião da Fitch. Aproveitando a ampla liquidez e os juros em recordes de baixa, grandes empresas estavam levantando dívida por meio dos mercados de capital - “portanto reduzindo sua alavancagem com os bancos”, comenta. Os juros baixos também ajudaram as empresas menores.

Mas o novo ambiente de negócios após a pandemia é

“desafiador”, já que a situação de liquidez no curto prazo da maioria das companhias do País será afetada, alerta a Fitch.

Isso gera dúvidas sobre o futuro da geração de fluxo de caixa e, consequentemente, da evolução do emprego no país, “considerando as dificuldades para prever o tempo para a recuperação da economia”.

Com isso, a Fitch revisou a projeção do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para crescimento de 1,7% (de avanço de 2,2% previsto em dezembro), dizendo que a estima-

tiva pode ser revisada mais vezes, a depender do ritmo da piora econômica.

Em um quadro de incertezas, os bancos podem ser mais conservadores ao precificar seu empréstimos, o que pode também limitar a liquidez do sistema, aponta a agência em sua nota.

Em meio à escalada do estresse global por conta do coronavírus, a S&P Global Ratings também revisou para baixo a projeção do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2020, de crescimento de 2,2% para contração de 0,7%. Já para 2021, a agência de

classificação de risco prevê uma expansão de 2,9%, um pouco mais acentuada que a estimativa anterior, de alta de 2,5%.

Em relatório, a S&P também divulgou previsões para outros países da América Latina. A perspectiva para o México é ainda pior que a do Brasil, com expectativa de contração de 2,5% neste ano e de crescimento de 2,2% no próximo. Para a Argentina, a previsão é de contração de 2,5% em 2020 e avanço de 2,4% em 2021.

Segundo o estudo, os emergentes vão sofrer três choques simultâneos, com a

queda na demanda por commodities, fuga considerável de capitais e forte abalo nas cadeias produtivas.

“Acreditamos que o estresse pode se tornar ainda mais significativo nas próximas semanas, já que a maioria desses países está apenas começando a ter uma escalada de casos de Covid-19”, diz a S&P, que explica ainda que a recuperação dependerá de ações fiscais e monetárias implementadas por governos e bancos

A S&P Global Ratings estima que o PIB da China terá expansão de 2,9% em 2020 e de 8,4% em 2021.